CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0490/91 - Ap. P.SE. nº 820/91

INTERESSADA: ASSESSORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA-SECR.DO GOV.-GAB.DO GOV.

ASSUNTO : Projeto de Lei nº 38/91 - Deputado Sylvio Martini (Dispõe sobre alteração parcial do Conselho Estadual de Educação - Artigo 50 da Lei nº 10.403, de 06 de julho de 1971.)

RELATOR : Consº Benedito Olegário Resende Nogueira da Sá

PARECER CEE Nº 1207/91 - C.L.N. - APROVADO EM 31/07/1991.

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

A Assessoria Técnico-Legislativa solicita manifestação do Senhor Secretário da Educação a respeito do Projeto de Lei nº 38/91 de autoria do Deputado Sylvio Martini que dispõe sobre alteração parcial do Conselho Estadual de Educação.

Em razão da matéria, os autos foram remetidos ao Conselho Estadual de Educação, para manifestação.

A proposta formulada pelo nobre Deputado tem como objeto alterar a redação do artigo 50 da Lei nº 10.403, de 06.7.71, que organiza o Conselho Estadual de Educação.

Considerarem sua pretensão, oportuno alterá-lo incluindo na constituição do Conselho Estadual de Educação, entre seus integrantes "... representantes dos pais de alunos e da classe estudantil..."

Ao ensejo, o Deputado Bernardo Ortiz propõe que se acrescente ao prefalado artigo o seguinte parágrafo:

"8º - Será assegurada no Conselho a participação de, pelo menos, um terço de Conselheiros que residam e exerçam suas atividades, obrigatoriamente, fora da Região Metropolitana da Grande São Paulo."

2. APRECIÇÃO

Convém, de início, deixar bem claro que a Constituição Federal de 1946, artigo 50, XV, "d", inclui na competência legislativa da União o traçado das "diretrizes e bases da educação nacional", posição conservada nas três Cartas posteriores.

E, ao dizer que "compete privativamente ", o Constituinte de 8º pretendeu atribuir a exclusividade a essa pessoa jurídica, pública de editar regras jurídicas ordinárias infra constitucionais.

Desincumbindo-se desse encargo, a União editou normas obrigatória sem todo o território brasileiro, consubstanciadas na Lei nº 4.024, de 20.12.61, que ao fixar diretrizes e bases da educação nacional, delineou em seu artigo 10 a composição dos Conselhos Estaduais de Educação:

"Os Conselhos Estaduais de Educação organizados pelas leis estaduais, que se constituírem com membros nomeados pela autoridade competente, incluindo representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, de notório saber e experiência em matéria de educação, exercerão as atribuições que esta lei lhes consigna."

A respeito desse assunto, o nobre Conselheiro Manoel Gonçalves Ferreira Filho, já teve oportunidade de observar que:

"Na verdade, esta Lei Federal traça "diretrizes e bases da educação nacional" que, como tais, não de ser observadas pelos Estados na sua legislação, sob pena de inconstitucionalidade das normas que baixarem." (Parecer CEE nº 432/81 - CLN).

Seguindo, então, o modelo delineado pela norma federal, a Lei Estadual, de 06.7.71, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação, dispõe:

"Art. 50 - O Conselho Estadual de Educação será constituído por vinte e quatro membros nomeados pelo Governador, escolhidos entre pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação, observada a devida representação dos diversos grau de ensino e a participação de representantes do ensino público e privado"

A manifestação do nobre Conselheiro Manoel Gonçalves Filho, com referência a impossibilidade legal de inclusão dos "alunos" no Conselho Estadual de Educação, é de ser aplicada também aos "pais".

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto, o CEE manifestasse contrariamente ao projeto de lei e à emenda proposta.

São Paulo 03 de julho de 1991.

a) Consº Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá
RELATOR

4. DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS adota como seu Parecer, o Voto do Conselheiro Relator.

Presentes os Conselheiros: Antonio Carbonari Netto, Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá e Mário Ney Ribieiro Daher.

Sala das Comissões, em 03 de julho de 1991.

a) Consº BENEDITO OLEGÁRIO RESENDE NOGUEIRA DE SÁ
PRESIDENTE

Deliberação do Plenário

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Legislação e Normas nos Termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 31 de julho de 1991.

a) Consº João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente